

«RECOLHEI OS FRAGMENTOS».

Ulpiano Vázquez

A «Análise de Conjuntura religioso-ecclesial», publicada nas páginas precedentes desta Revista, é um texto complexo e rico. Ele merece toda atenção, não só pelos dados estatísticos sobre a situação religiosa do Brasil - muitos dos quais até agora não foram publicados - , como também pelo esforço notável de apresentar, junto às estatísticas sociométricas, uma «interpretação global» das mesmas.

Supondo que o leitor destas páginas já tenha lido a «Análise de Conjuntura», pretendemos oferecer aqui uma espécie de primeira reação teológica ao Texto da Análise. E, principalmente, como não poderia deixar de acontecer já que contra os fatos estatísticos não há argumentos,, trataremos de comentar a interpretação global dos mesmos.

Esta reação se pretende teológica. Não só por que está escrita por um teólogo católico, como, principal e anteriormente, porque será a partir da disciplina teológica que tentaremos estabelecer, se não um diálogo, ao menos o início de uma leitura interdisciplinar desse Texto cuja elaboração e urdidura estão determinados, sobretudo em seus aspectos analíticos e hermenêuticos, por uma disciplina que não é a teologia.

Importa, para tanto, lembrar alguns dos pontos que nos parecem fundamentais para a compreensão teológica do Texto da Análise ou, com outras palavras, nos parecem fundamentais para que o leitor perceba a maneira segundo a qual (e, sem dúvida, seletivamente) nós ouvimos aquilo que o texto nos diz.

1. Religiões e linhas de força sócio-culturais.

Em primeiro lugar, recordemos o ponto de partida subtítulo «Por onde andam as forças». O fato inicial que serve de base à «Análise» é a constatação de, por um lado, o «fracionamento do universo religioso hegemonicamente católico e cristão»; por outro, «a afirmação de um pluralismo religioso desafiador». Com o adjetivo «desafiador», a Análise parece querer constatar, para além do duplo fato da fragmentação do cristianismo e do pluralismo dela resultante, o efeito que esse fato provoca. O efeito provocado é também duplo.

Trata-se de um «debate exasperado» pela «concorrência e diversidade das linhas que o compõem». Trata-se também de um debate «complexo», «pela demanda de tolerância recíproca também presente».

É no meio desse debate, dessa polêmica de religiões, que a Análise elaborará o seu discurso que, assim, se anuncia como não polêmico ou tolerante.

Notemos esse pressuposto inicial em que o debate exasperado e complexo é apresentado à maneira do «cenário» da conjuntura religioso-eclesial que será analisada. O aspecto polêmico - não do Texto, mas do lugar a partir do qual ele se elabora - é um pressuposto que o próprio Texto supõe, sem justificar.

Insistamos nesse fato pela importância que ele parece possuir na elaboração do instrumental de análise e interpretação que será oferecido pelo Texto que agora tentamos compreender. Com efeito, a Introdução «Por onde andam as forças», se encerra com estas perguntas: «Será possível identificar algumas características centrais dessa pluralidade religiosa brasileira cada vez mais complexa? Em torno de que linhas de força sócio-culturais e de que concepções religiosas mais fundamentais se organiza, polariza e se diversifica esse enorme cenário de denominações, algumas caracterizadas por conversões a grande escala?».

As «forças» anônimas que a Introdução à Análise pretendia situar, graças às últimas estatísticas disponíveis, transformam-se agora, reanimadas, em «linhas de força sócio-culturais» que será preciso identificar para levar a cabo a Análise.

O leitor atento perceberá que o Texto da Análise se prepara, assim, para realizar uma operação graças à qual a identificação das «características centrais» da complexa pluralidade religiosa brasileira poderá ser realizada mediante a transposição do religioso para o sócio-cultural e para o sócio-político.

2. A «grade de leitura».

Os detalhes e os sinuosos caminhos que o texto segue na realização dessa transposição, poderão ser acompanhados ao longo dos quatro capítulos ou partes do Texto da Análise. É na sua «Conclusão», no entanto, que o Texto - caso alguém não o tivesse percebido - enuncia com nitidez o princípio metodológico que preside à operação de Análise de Conjuntura religioso eclesial.

É na Conclusão, com efeito, que, com admirável nitidez e sinceridade, o Texto se apresenta a si mesmo como «leitura interpretativa abrangente» do pluralismo religioso e, conseqüentemente, da fragmentação da hegemonia cristã, os quais, graças a essa leitura, não somente serão «compreendidos» como também «explicados».

A operação de leitura hermenêutica compreensiva e de análise explicativa é, pois, possível graças a um princípio que, na retrospectiva do caminho do seu próprio discurso, é enunciado assim na Conclusão do Texto:

«Distinguimos diferentes tipos de racionalidade que estruturam diferentes modalidades do religioso, por considerarmos a dominância do processo de cientificação como sendo societário e global».

Esta afirmação nos permite entender que, em primeiro lugar, as modalidades do religioso são estruturadas segundo diferentes tipos de racionalidade. E, segundo, que o lugar estrutural da cada modalidade religiosa, predeterminado já pelo tipo de racionalidade que lhe corresponda, dependerá da maneira segundo a qual cada tipo de racionalidade se situa, ou é situada, diante do «processo de cientificação».

Trata-se, pois, de uma autêntica «grade de leitura» graças à qual as «forças» religiosas são consideradas não tanto pelo que elas dizem de si mesmas, mas pela maneira como elas podem ser situadas e reorganizadas à luz da racionalidade e em relação a uma específica racionalidade.

3. As racionalidades.

De que racionalidade se trata? Reconheçamos que a resposta a esta questão essencial não é fácil, ao menos para alguém que não esteja iniciado no significado próprio que as palavras comuns obtêm na disciplina em que este texto foi elaborado. Tudo indica, porém, que como aparece na última citação que comentamos, o

termo «racionalidade» está diretamente ligado à expressão «processo de cientificação». A propósito desta última, no capítulo 2 da Análise, afirmava-se que se trata de um processo único e global da sociedade cujas dimensões são a modernidade e a modernização. A «modernidade», por sua vez, é definida como «racionalidade normativa que aponta para a autodeterminação política e a autonomia moral»; enquanto que a «modernização» é descrita como um «processo de produção tecnológica e conhecimento científico na sua maior parte a serviço da lógica de mercado, criando cada vez mais consumidores individualistas, vorazes e insaciáveis». A contradição entre modernidade e modernização, que se manifesta nas contradições sociais e ambientais, é inerente ao processo de tecnocientificação e revela «a crise de paradigma da própria razão moderna».

O termo-chave de «racionalidade» - que encontramos no título de cada um dos quatro capítulos da Análise - se define, pois, pela sua relação com a «modernidade» que, por sua vez, como acabamos de ver, foi definida como «racionalidade normativa que aponta para a autodeterminação política e moral».

A relação racionalidade-modernidade e a sua mútua implicação constituem, assim, o ponto central da grade de leitura interpretativa que pretende «explicar e compreender» a conjuntura socio-religiosa brasileira. Será a partir desse ponto central que o princípio de leitura e análise a que nos referimos, e segundo o qual os «diferentes tipos de racionalidade estruturam diferentes modalidades do religioso», se abrirá como um tríptico no qual a racionalidade moderna aparecerá acompanhada, num extremo, pela «racionalidade mágica» e, no outro, pela «racionalidade crítico-libertadora».

É possível que, também aqui, o leitor menos avisado possa pensar que nestas expressões: «racionalidade mágica» e «racionalidade crítico-libertadora», subjaz uma contradição e uma redundância. Deixemos que o Texto nos esclareça.

4. Racionalidade mágica.

Ao que tudo indica, parece evidente que no Texto o termo racionalidade não é simplesmente sinónimo de «razão», no sentido que esta palavra tem na filosofia dita clássica. Não seria, pois, insensato ou depreciativo falar de «racionalidade mágica», uma vez que o que aqui parece querer se expressar é o fato de que nos elementos que configuram a denominada «racionalidade mágica» é possível detectar a presença de alguns dos elementos constitutivos da racionalidade moderna. É nesse sentido que a

«racionalidade mágica» é também denominada «modernizante». Modernizante, porque no cenário brasileiro as religiões tipificadas como «mágicas» (pentecostais e neo-pentecostais, mediúnicas, e renovação carismática) não têm como evitar a interação com a sociedade que, como um todo, está submetida ao processo de cientifização.

Parece haver ainda, no Texto, um outro motivo que permite falar de «racionalidade mágica». Com efeito, para além dos elementos de racionalidade moderna que as diferentes religiões se apropriam como que a pesar de si mesmas - e, por isso, de maneira modernizante - , o Texto, no exercício da sua análise interpretativa, trará à tona as diferentes e positivas maneiras segundo as quais se manifesta «o significado político-cultural da racionalidade mágico-modernizante no contexto do pluralismo brasileiro». Com outras palavras, apesar das tentativas de evasão próprias à denominada racionalidade mágica, a evasão nunca é completa. A prova maior consiste no fato de que «o campo religioso» torna-se «um verdadeiro campo de luta política», ao ponto de que, «se essas expressões religiosas (mágicas) não tratam diretamente de propostas políticas, exercem uma ação política direta, inclusive elegendo um número crescente de parlamentares».

Não pareceria, pois, contraditório falar, nesses pressupostos, de «racionalidade mágica».

5. Racionalidade crítico-libertadora.

Não será, porém, redundante falar de racionalidade crítico-libertadora? Não eram a crítica e a liberdade que definiam precisamente a racionalidade enquanto ela é «moderna»? O sentido destas perguntas não visa a uma disputa terminológica. É a própria consistência da analítica grade de leitura elaborada pelo Texto o que estas questões visam.

Com efeito, a equação que estabelece para cada modalidade religiosa um tipo de racionalidade, parece estar comprovada na sua primeira aplicação, isto é: na racionalidade mágica como forma ou racionalidade das religiões carismático-pentecostais e mediúnicas. Também no outro extremo da grade de leitura, a equação entre um determinado tipo de racionalidade, no caso a crítico-libertadora, e uma modalidade religiosa parece comprovar-se ao aplicar a racionalidade crítico-libertadora à Igreja Católica no espírito das três últimas Conferências do CELAM e na prática das CEBs.

Se bem olharmos ambos os extremos da grade estrutural de leitura não poderemos deixar de perceber que à abrangência do primeiro extremo corresponde, no outro, um afunilamento que

necessariamente faz voltar à pergunta inicial: «por onde andam as forças»?

6. «O papel contraditório da modernidade».

Na lógica estrutural da leitura proposta só restaria para as religiões que não foram classificadas a partir da racionalidade mágica ou a partir da racionalidade crítico-libertadora o espaço do meio, isto é, o da racionalidade moderna. Mas, qual é a modalidade de religião estruturada pela racionalidade moderna?

É esta a questão que no texto da Análise parece encontrar uma resposta menos clara. Ou que encontra, ao nosso ver, uma resposta tormentosa.

Entre a evasão da racionalidade mágica e o anseio de superação da racionalidade crítico-libertadora, na análise explicativa e na grade de leitura por ela elaborada não parece existir para as formas religiosas que não se encaixem nesses dois pólos, outro espaço que não seja o purgatório de contradições da razão moderna. Nesse purgatório, como despojos de algum naufrágio, revolvem-se os fragmentos das «Igrejas históricas» que, lastradas pelas suas tradições, não parecem ter conseguido navegar nas águas da modernidade. A secularização esvaziou-as de fiéis que, ou bem evadiram-se para a racionalidade mágica, ou bem decidiram navegar solitários na sua «religião pessoal» desvinculada do peso da instituição. Entre os evadidos e os navegantes solitários, restam os que ficaram amparados na Igreja que «ainda goza de grande credibilidade externa», mas que interiormente está já cindida pelo mal-estar da falta de credibilidade interna que vai afrouxando os laços de pertença e participação.

7. *Explicar sem compreender?*

Esta visão da situação das Igrejas históricas tradicionais parece-nos francamente derrotista. Em nossa opinião fundamenta-se, mais do que nas estatísticas ou nas projeções que a partir delas podem ser obtidas, na grade de leitura que o Texto elaborou para «explicar e compreender» a situação religioso-ecclesial brasileira. Na realidade, a grade de leitura parece mais interessada em explicar do que em compreender. Mais ocupada na análise do que na hermenêutica. É por isso que a «interpretação» das religiões ou das formas religiosas atuantes no Brasil não leva em conta as tradições religiosas em si mesmas e por si mesmas. Consideradas desde o início do Texto como «forças» sócio-culturais, elas serão ainda mais alienadas de si mesmas quando, em virtude da grade de leitura, serão examinadas a partir do critério da racionalidade

moderna e do efeito de triagem que tal racionalidade operará, não só entre as diferentes denominações religiosas, como também no interior de cada uma delas.

Se for verdade, como o texto da Análise afirma na Conclusão, que «o papel da modernidade em relação às religiões é contraditório», não deixa de ser irônico e até chocante que, justamente, tenha sido esta contradição moderna a escolhida para analisar as religiões que ela contradiz. Já a priori poderia se prever que as religiões, convertidas à racionalidade tal como ela é entendida na modernidade, só poderiam transmitir-lhe aquilo que a modernidade é capaz de ouvir; ou aquilo que a modernidade é capaz de valorizar; ou aquilo que a modernidade, sempre a partir de si mesma, poderia admitir como a sua própria «superação».

Nem por isso julgamos que a «interpretação global» proporcionada pela Análise de Conjuntura seja nociva ou, ainda menos, inútil. Diríamos que ela é simplesmente limitada, e que a sua abrangência ou globalidade não supera, como em boa lógica deve acontecer, as premissas e os pressupostos sobre os quais ela se embasa.

Cabe ao teólogo, enquanto coletor da inteligência da fé, levar em boa conta aquilo que um texto tão inteligente quanto a Análise de Conjuntura diz sobre a Igreja. Ninguém, porém, deveria julgar estranho que o mesmo teólogo, enquanto crê no Mistério da Igreja, se sinta insatisfeito com aquilo que a racionalidade moderna captou nesse Mistério.

Diante da evidente fragmentação do universo religioso e da não menos evidente fragmentação da hegemonia cristã, uma Voz mais antiga que a modernidade e, ao mesmo tempo, mais atual do que ela, continua deixando-se ouvir: «Recolham os fragmentos» (Jo 6, 12). O decisivo para o teólogo cristão é saber de que Todo são esses fragmentos.

Endereço do Autor:
Caixa Postal 5047
31611-970 - Belo Horizonte - MG